

## A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO

### 1) A POLÍTICA FASCISTA DE ENSINO

A- Sublinharemos, desde já, que o fascismo em Portugal representou uma longa ditadura terrorista, exercida pelos monopólios, associados ao imperialismo estrangeiro, e pelos latifundiários.

Com o golpe militar de 1926 e a instauração da ditadura fascista, o aparelho de Estado foi posto ao serviço das forças reaccionárias do grande capital e dos grandes agrários, arredando do poder a pequena e a média burguesia e travando o desenvolvimento do movimento operário.

Através da acção compulsiva do Estado, apressou-se o processo de centralização e concentração de capitais, tornando-se o capital financeiro o senhor onipotente da economia portuguesa.

Mais, o desenvolvimento do capitalismo monopolista promoveu a fusão do poder do Estado com o poder dos monopólios, ou seja, conduziu à fase de capitalismo monopolista de estado.

No entanto, este elevado grau de desenvolvimento das relações de produção não encontrou um correspondente desenvolvimento das forças produtivas, que permaneceram a um nível extremamente atrasado. Esta é, aliás, uma das características originais do nosso país (derivada sobretudo do facto de Portugal ter sido, até agora, um país colonizado pelo imperialismo estrangeiro e simultaneamente um país colonizador).

B- Em segundo lugar, importa referir que a cultura dominante é sempre a cultura da classe dominante e é determinada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de troca da sociedade.

Efectivamente, no caso português, o ensino vai veicular a ideologia da classe dominante, subordinar-se cada vez mais aos interesses dos grupos monopolistas e, sobretudo, vai ser moldado pela forma ditatorial de que se revestiu a sua dominação. Isto é, a política fascista de ensino para além de visar a formação de técnicos para o capitalismo e de ideólogos para o sistema, foi ditada no fundamental por objectivos predominantemente políticos.

Logo as primeiras medidas do regime, ao acabar com o ensino pré-primário oficial, ao perseguir e fechar as Universidades Populares e colectividades culturais, ao expulsar e prender inúmeros professores e estudantes, ao intensificar a propaganda fascista nas escolas, foram subordinadas ao objectivo político de manter as grandes massas populares mergulhadas no obscurantismo (e portanto presa mais dócil da exploração) e de tornar a juventude passiva e subserviente.

Como resultado da estruturação geral do ensino, da reduzida rede de instalações escolares e sua localização geográfica, do elevado custo dos livros e propinas, do número insuficiente de bolsas, dos mecanismos selectivos anti-democráticos (que expulsavam por motivos económicos uma percentagem elevada dos que apesar de tudo conseguiam ir chegando aos diferentes graus de ensino), bem como a existência de duas

vias de ensino médio perfeitamente distintas com carácter economicamente selectivo (que impossibilitava à larga maioria dos estudantes oriundos das camadas trabalhadoras o acesso ao ensino superior), as portas das Universidades estão abertas apenas a uma minoria priverligiada.

O domínio absoluto do fascismo sobre toda a vida escolar era garantido p pela nomeação estatal dos reitores e directores, pela composição dos Conselhos Escolares, pelos critérios políticos de admissão de professores, pela imposição de formas de organização corporativas; traduzia-se também pela tentativa de cortar por completo as liberdades democráticas, corporizada quer numa extensa legislação anti-estudantil, quer na invasão permanente das escolas por forças policiais, quer na ameaça constante de incorporação militar para servir os interesses colonialistas.

Toda esta prática era ainda completada no plano ~~intelectual~~ pedagógico, pelo campear do autoritarismo catedrático, do obscurantismo, do carácter anti-científico, mistificador, acrítico do ensino, agravado ainda pelas deficiências em instalações e laboratórios, pela super-lotação das aulas, pela escassez e má preparação dos professores.

C- Este panorama, acima retratado, conduziu a uma situação de completo caos, de crise profunda no ensino.

É assim que os atrasos do sistema de ensino em relação às exigências dos monopólios, e a agudização da luta estudantil, o seu carácter de massas, levaram o governo fascista a esboçar uma série de "reformas" que, por um lado, tentavam adaptar o ensino à nova fase do capitalismo em Portugal (o capitalismo monopolista de estado) e, por outro lado, dar uma resposta demagógica visando paralisar a luta estudantil e criar a expectativa nas massas populares.

Assim, e até retirando lições de fracassos anteriores, o fascismo elaborou nos últimos anos uma política mais coerente e possuía projectos mínimos que procurava efectivamente aplicar. Porém, acossado pelas próprias condições inerentes ao sistema capitalista em geral (em que a anarquia própria a este modo de produção impede grandes "previsões" e muito menos "planeamentos") agravadas por contradições e dificuldades específicas (como as provocadas pela guerra colonial e a dominção imperialista), a concretização dos seus projectos foi feita à base de atrasos e hesitações, de improvisos e remendos, e tendo sempre como pano de fundo uma ofensiva repressiva das mais violentas.

## 2) A NOVA SITUAÇÃO POLÍTICA SAIDA DO 25 DE ABRIL

A queda da ditadura fascista, a destruição de alguns dos seus principais suportes, a instauração de liberdades democráticas essenciais, iniciada com o movimento de 25 de Abril, marca o início de uma nova era em Portugal.

O programa do Movimento das Forças Armadas - programa do Governo Provisório - é, sem dúvida, um programa limitado, não só por dizer respeito a um período transitório da vida nacional como também por congregar um vasto leque de forças sociais e políticas.

Porém, após o 25 de Abril, a experiência da vida política nacional

mostra que tal programa contém em si as premissas essenciais para um processo em bora irregular e complexo, abrir ao país o caminho da Democracia, da Paz, da Independência Nacional, e do Progresso Social. A atestar isto temos a existência e efectivação dos acordos de Argel e de Lusaka, que levaram respectivamente à reconhecimento da República da Guiné-Bissau e a um rápido processo de descolonização em Moçambique.

A agudização dos conflitos entre diversas forças do governo levou, depois da grande vitória das massas populares e do MPA em 28 de Setembro sobre a reacção à demissão de alguns elementos do Governo, da Junta de Salvação Nacional e à identificação das forças políticas realmente interessadas no cumprimento do programa do MPA. Estavam assim criados os meios para grandes passos em frente no processo de democratização.

### 3) A CONCRETIZAÇÃO DE ALGUNS ASPECTOS DA REFORMA GERAL E DEMOCRÁTICA DO ENSINO NA UNIVERSIDADE

#### A- A Reforma Geral e Democrática do Ensino

A alteração da situação política com o 25 de Abril abriu perspectivas de modificações também no sistema de ensino.

O ensino só servirá realmente o povo português com a efectivação de uma reforma Geral e Democrática do Ensino, que tenha por objectivos, nomeadamente:

- dar ao Ensino um conteúdo democrático na sua organização, nos métodos pedagógicos, nas matérias versadas, na sua interligação;
- estender o ensino às mais amplas camadas da população, particularmente aos jovens trabalhadores, modificar o critério de entrada nos escalões superiores, fazendo com que o acesso a estes escalões deixe de depender das possibilidades económicas da família do estudante;
- acabar definitivamente com o analfabetismo, aumentar a escolaridade obrigatória, criar o ensino pré-primário obrigatório, etc.
- democratizar os órgãos de gestão do ensino, fazendo depender as suas decisões da vontade do povo português e promovendo a participação de professores e estudantes eleitos nas resoluções que directamente lhes interessam;
- o reconhecimento das Associações de Estudantes como órgãos representativos dos estudantes;
- aumentar radicalmente o orçamento para a educação, possibilitando a ampliação de quadros docentes, a sua melhor preparação, uma profunda melhoria dos aspectos técnicos (instalações, material didáctico e de investigação), o aumento radical de subsídios e bolsas aos estudantes e às suas famílias;
- transformar as escolas em centros de irradiação de cultura popular e de investigação, em particular no caso das escolas de Ensino Superior.

Embora o conjunto da Reforma Geral e Democrática do Ensino só possa ser

obtida definitivamente depois de transformações radicais da sociedade, é possível, no entanto, que o ensino deixe desde já, de estar completamente subordinado aos interesses monopolistas e que sejam dados, no imediato, passos na sua democratização.

Este trabalho tem de ser feito, e feito por técnicos, professores capacitados, profissionais competentes, com a participação concreta dos estudantes, e organizações políticas e sindicais, em estreita colaboração com o Governo Provisório.

#### B-A sua concretização imediata nas Faculdades

O ensino superior pode, a curto prazo, sofrer alterações mais ou menos profundas, quer na sua estruturação, quer nos mecanismos de acesso.

-As modificações dos métodos pedagógicos e dos conteúdos e interligação das matérias são pontos importantes de uma nova política de ensino.

O caminho correcto para a reestruturação do ensino consiste, essencialmente, na formação a nível ministerial de comissões específicas de técnicos e pedagogos progressistas que, em estreita colaboração com professores e estudantes e com as comissões de gestão das faculdades, tracem as grandes linhas mestras dessa reestruturação.

Há, no entanto, que manter uma grande vigilância quanto a tendências tecnicistas e cupulistas que pretendam fazer a reforma desligada das massas estudantis e populares e nas suas costas, assim como quanto a tendências basistas e anarquizantes que pretendam que sejam unicamente os estudantes a fazer a reestruturação global do ensino em cada escola.

-O acesso ao ensino superior é outro ponto que pode sofrer, desde já, alterações radicais. A Universidade de classe que herdamos do fascismo pode e deve democratizar-se.

O liberar o ensino da dominação dos monopólios passa, forçosamente, pela abertura da Universidade a amplas camadas populares. O critério que deve nortear esta nova política tem de ser o de "ter direito ao ensino superior quem tenha capacidade" e não apenas "quem tenha dinheiro para tal".

Para que se efective este princípio é imperioso que se tomem medidas que passam, nesta primeira fase, pela destruição dos mecanismos essencialmente económicos nos quais se baseava o acesso anti-democrático à Universidade. Serão, pois, medidas socio-económicas que permitam que tantos e tantos operários e trabalhadores, com reais capacidades de exercer outras profissões, ingressem urgentemente nas Faculdades.

Todo o tempo que se perca resulta em prejuízo dos interesses das massas trabalhadoras e dos interesses nacionais.

#### 4) CONCLUSÕES

1ª É possível e necessário que sejam tomadas desde já medidas que visem a democratização do ensino, favorecendo o acesso a todos os graus de ensino das mais amplas camadas da população, particularmente da juventude trabalhadora.

2ª- Como medidas imediatas desta nova política aponta-se:

a) Nas escolas em que, par este ano, seja impossível o ingresso de toda a população estudantil, o principal critério de entrada deverá ser o que dá ~~preferência~~ preferência aos estudantes oriundos das classes trabalhadoras e, entre estes, os provenientes das regiões interiores. Para os que não forem admitidos deverá haver, em regime de voluntariado, serviços cívicos em que esses estudantes poderão dar o seu contributo válido para a construção do país;

b) programação e realização de provas de admissão especiais para trabalhadores que queiram ingressar na Faculdade;

c) aumento radical do número e quantitativo das bolsas de estudo, atribuídas segundo um novo critério que, tendo embora em conta o aproveitamento, se baseie fundamentalmente nas necessidades económicas do estudante e sua família;

d) redução e isenção de propinas segundo o mesmo critério da alínea anterior;

e) criação e apoio oficial a residências e cantinas para estudantes e redução dos preços de transporte;

f) criação e dinamização, no mais curto espaço de tempo possível, de novos estabelecimentos de ensino

g) contratação de pessoal pedagogicamente competente, com eventual convite a professores estrangeiros de comprovada competência;

h) apoio em cada Faculdade às Editoriais e Secções de Bolsas de modo a permitir a aquisição de material didáctico a preços acessíveis;

e ainda:

i) obrigatoriedade das empresas cumprirem a legislação que faculta aos trabalhadores tempos livres para estudar;

j) criação imediata de cursos nocturnos.

Secção Pedagógica da Associação de Estudantes da Faculdade de  
Engenharia da Universidade do Porto